



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS
SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2019**

**ANÁLISE SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA (2010-2017)**

Amanda Cerqueira Araújo dos Santos¹; Leomárcia Caffé Oliveira Uzêda²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda em Licenciatura em pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:

amandacerqueirasants@gmail.com

2. Orientador, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:

leomarciauzeda@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Educação do campo. Educação Infantil do Campo.

INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre Educação Infantil do Campo, infâncias e crianças de zero a cinco anos de idade nos reportamos a uma etapa da educação básica brasileira, composta por sujeitos que; de acordo com a história do nosso país, estiveram invisíveis aos olhares da sociedade e de políticas públicas que contemplassem aqueles que habitam, trabalham e vivem suas experiências de formação humana na zona rural (SILVA; PASUCH; SILVA, 2010, 2012).

A pesquisa aqui apresentada, de base qualitativa, se constitui em um recorte do projeto de pesquisa vinculado ao Centro de Estudo e de Documentação em Educação (CEDE) da Universidade Estadual de Feira de Santana. O referido estudo teve como objetivo geral: Analisar a implementação de políticas públicas voltadas para a Educação Infantil do Campo no município de Feira de Santana. A intencionalidade do resumo baseia-se na perspectiva de identificar e compreender sobre a validade das políticas voltadas para a Educação Infantil do Campo em Feira de Santana, segunda maior cidade do estado da Bahia em população, que possui oito distritos rurais, nos quais existem escolas de Educação Infantil. O recorte temporal para identificação e análise da implementação de possíveis políticas para Educação Infantil do Campo no referido município, período de 2010 a 2017, considera movimentos importantes que emergiram nesse período, bem como dispositivos legais que foram instituídos em âmbito nacional (BRASIL, 2010; BRASIL, 2013; BRASIL, 2016) e local (FEIRA DE SANTANA, 2012, 2016), entre outros que asseguram direitos as crianças que habitam o campo e dão outras providências.

A característica marcante que distingue a Educação do Campo da então chamada educação rural está posta em que o primeiro modelo de educação consiste em trabalhar de acordo a realidade do educando, trazendo-o para dentro das discussões provocando um sentimento de pertença e não de negação do meio onde vive. O segundo modelo educacional, que apesar de sua terminologia ter ficado em desuso

ainda há resquícios das práticas que se contrapõem ao modelo anterior, ou seja, a escola nesses moldes é apenas a extensão das escolas da cidade, desconsiderando os conhecimentos trazidos pelos alunos, corroborando com a ideia de que o processo de urbanização no campo promoverá mudanças significativas no campo. Deste modo [...] A escola, na perspectiva da educação do campo, deve esforçar-se na diluição da penetração das culturas dominantes veiculadas pelas instituições escolares tradicionais e pelo currículo oculto. (VASCONCELOS, 2018, p. 867). Quando os alunos da zona rural têm acesso a este modelo educacional, de educação do campo, eles tem a oportunidade de se tornarem críticos, fazendo análise de sua realidade, não sendo apenas meros reprodutores como num processo mecânico.

A dívida com essas crianças, com suas especificidades e demandas formativas - o geral e o específico para educação infantil do campo - alcança um nível grande e que precisa ser revista. Falar sobre Educação do campo e Educação Infantil do Campo torna-se algo premente na educação brasileira. Logo, as políticas voltadas para esta etapa de ensino no âmbito rural precisam ser discutidas, precisas de continuidade e de serem construídas frente às reais necessidades dos povos do campo. (ROSEMBERG, 1987). As decisões políticas são decorrentes de um processo complexo em que vários atores estão envolvidos com interesses distintos. Infelizmente quando se trata da educação - e não seria diferente com a Educação Infantil - há muitas interferências externas. A contribuição do estudo está em identificar se há e quais são as políticas educacionais voltadas para Educação Infantil do Campo, como também avaliar o alcance de comprometimento do município em análise no que se refere às políticas delineadas e/ou implementadas para as crianças que são acolhidas em escolas de Educação Infantil na zona rural.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é de cunho qualitativo e foi estruturada no âmago do universo dos significados, crenças, atitudes que envolvem este tipo de abordagem (MYNAIO, 2009). No decorrer dos estudos foi necessária a consulta à literatura da área, bem como documentos, leis entre outros textos normativos que abordavam a temática. Considerando a amplitude do campo regional de Feira de Santana, foi escolhida uma escola de Educação Infantil de um distrito específico da cidade. Feito isso, utilizamos ofícios solicitando o acesso aos espaços, bem como autorização dos sujeitos que fizeram parte do estudo. Além da escola de Educação Infantil do Campo, visitamos a Secretaria de Educação de Feira de Santana (SEDUC), mais especificamente os setores indicados para responderem questões acerca do tema, a saber: Sistemas de dados de informação e o Departamento de Ensino com seus respectivos representantes.

Foram entrevistadas duas gestoras, ambas pedagogas, na instituição escolar que é exclusiva de Educação Infantil e na SEDUC participaram da pesquisa dois técnico-administrativos responsáveis pelos setores supracitados. A escola pesquisada possui 14 turmas, funcionando pela manhã e tarde, cada turno com sete salas de aula de Educação Infantil. Quanto à infraestrutura, a escola possui um ambiente colorido, tem uma biblioteca, área de recreação interna e externa com pequena parte arborizada, 8 sanitários infantis adaptados (estes ficam dentro das salas dos grupos das crianças que

tem 3 e 4 anos de idade), 10 banheiros de adultos (2 desativados), possui água, energia, acesso a internet, não possui telefone, não possui sala dos professores, a direção e vice-direção funcionam na mesma sala, tem um refeitório. A partir do exposto, foi possível estabelecer uma relação entre o que nos apresentam os ordenamentos jurídicos, as produções acadêmicas, os dados fornecidos pela SEDUC e a realidade da escola, permitindo traçar um olhar entre o discurso e a prática, alcançando assim, os objetivos elencados no plano de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam que há um distanciamento entre o que as leis preconizam e o que de fato se efetiva a partir destas, seja em âmbito nacional e/ou local. Percebeu-se um empenho por parte dos gestores da escola, um movimento de tentar fazer acontecer a dinâmica escolar de forma que as crianças da educação infantil sejam “minimamente” atendidas em suas demandas. As gestoras pedagógicas arriscam acertar e fazer o melhor frente ao que concebem como educação e atendimento de qualidade a infância que habita o campo. Contudo, nota-se como às vezes essa gerência é solitária e acaba por responsabilizar exclusivamente a instituição escolar pelos acertos e possíveis equívocos.

Os documentos legais, até mesmo os locais como o PME/FSA não são de total conhecimento por parte dos sujeitos da pesquisa, ou se são conhecidos, não são usados como referência para exigências de determinados direitos e compreensão de elementos da dinâmica da Educação do Campo. Por vezes há conhecimento superficial de outros direitos garantidos por lei para Educação do Campo, porém com as demandas de cada função no âmbito escolar as necessidades são engolidas pelas urgências. As escolas não podem estar sozinhas, precisam de apoio e não só da implementação de algumas políticas públicas sem o devido acompanhamento das secretarias de educação ou outros órgãos competentes.

Há um ruído na comunicação entre as escolas e as tais secretarias. Não há uma precisão de quando as políticas ou programas foram implementados no município, o que dificulta a análise mais detalhada do período 2010-2017. Cada sujeito que respondia as questões (sujeito X e Y) ancorava-se no seu grau de conhecimento sobre o tema ou baseava-se em informações que tinham pelo tempo de exercício na profissão. Não houve, por exemplo, a apresentação dos dispositivos legais que tratam das políticas ou programas para exemplificação, a não ser quando foram disponibilizados dados primários referentes à educação no município de Feira de Santana. Compreende-se que a organização dos dados, arquivos, documentos sobre Educação Infantil, Educação do Campo e Educação Infantil do Campo deve viabilizar o processo de pesquisa realizado por pesquisadores ou por qualquer sujeito que se interesse pela causa, afinal estamos diante de um órgão público que deve ser transparente e organizado. Esperamos que muitas pessoas sejam alcançadas com o estudo contribuindo para futuras pesquisas e que através dessa produção científica, lutemos para erradicar as diversas formas de desumanidades para com as crianças do campo. O que mais observamos é que muito se avança na retórica, mas na ação existe

um retrocesso muito recorrente na implementação de políticas públicas para a educação, a EI e EIC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo objetiva mobilizar/sensibilizar as crianças desde a mais tenra idade com uma educação que tenha como foco respeitar e preservar seus objetivos que é a luta pela terra, uma educação voltada para o trabalho, mas livre de exploração infantil e do agronegócio. O que se deseja é uma escola pública nos assentamentos, nas comunidades ribeirinhas, nas comunidades quilombolas onde houver o povo do campo, mas não nos moldes da escola da cidade, nem nos padrões de uma adaptação barata e sem identidade, mas uma escola que tenha “a cara”, a identidade das crianças do campo. A proposta é justamente produzir academicamente a fim de legitimar cada vez mais nesses espaços a importância de falar sobre os povos do campo, sujeitos historicamente excluídos em uma sociedade neoliberal. Neste sentido, o campo não deve ser visto como quintal ou extensão da cidade, pois a educação do campo é direito e não esmola. Conclui-se que o direito tem permanecido apenas na letra da lei, e não efetivado em sua concretude. É notória a mudança no cenário educacional com relação ao atendimento às populações do campo em idade escolar atendidas pela etapa da Educação Infantil. Também é notória a idéia de que ainda não é satisfatório o atendimento de qualidade a todas as crianças que frequentam a EIC. É preciso lutar diariamente em favor de melhores condições educacionais e de políticas públicas que sejam dignas para os povos que vivem no campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. *Lei nº 13.306, de 4 de julho de 2016*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil. Brasília, 2016

FEIRA DE SANTANA. *Lei nº 3.326, de 05 de junho de 2012*. Aprova o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana.

_____. *Lei Nº 3651, de 16 de dezembro de 2016*. Aprova o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. *Revista Brasileira de educação*. Já/Fev/Mar/Abr 2001, nº 16.

SILVA, Ana Paula; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana. *Educação Infantil do campo*. 1ed. São Paulo: Cortez, 2012.p 45-51.

VASCONCELOS, Paulo. *Educação do Campo: marcos normativos*. Quais indivíduos as políticas públicas pretendem formar? Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, v.18, n.3[77], p.865-883, jul./set. 2018.